

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 04/2023****PROCESSO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA Nº: 04/2023  
DISPENSA: 03/2023**

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ/MG, E A EMPRESA DURÃES PARARIA E COMERCIO EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº 02.174.123/0001-74, PARA OS FINS NELE INDICADOS.

O INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ/MG, inscrito no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas sob o n. 03.133.862/0001-80, com sede na Rua Capitão Enéas, nº 538, Centro, Francisco Sá/MG a seguir denominado INSTITUTO, neste ato representado pelo seu Diretor Executivo Elvis Henrique Ruas Rodrigues, e de outro a empresa **DURÃES PARARIA E COMERCIO EIRELI**, inscrita no CNPJ sob nº 02.174.123/0001-74, localizada na Alameda Montes Claros, nº 1163, Bairro Centro, Município de Francisco Sá/MG, CEP: 39.580-000, representada pelo Sr. Celso de Pinho Durães, sócio administrador, inscrito no CPF sob nº 008.678.426-95, a seguir denominada **Contratada**, resolvem firmar o presente contrato administrativo em face do Processo de Contratação nº 04/2023 – Dispensa 03/2023, sob a regência da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações e mediante as seguintes cláusulas e condições seguintes:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE LANCHE E PRODUTOS DE PADARIA EM GERAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE FRANCISCO SÁ – PREVIBREJO**

Item	Descrição do produto.	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	PÃO FRANCES	KG	30	14,90	447,00
02	BISCOITO DE QUEIJO	KG	25	33,90	847,50
03	PÃO DOCE	KG	30	14,90	447,00



04	SALGADOS ASSADOS (RECHEIOS DIVERSIFICADOS) - MINI	UNID	1000	0,69	690,00
05	SALGADOS FRITOS (RECHEIOS DIVERSIFICADOS) - MINI	UNID	1000	0,69	690,00
06	BISCOITO PALITO	KG	25	29,90	747,50
07	BOLO REDONDO	KG	10	19,50	195,00
08	MANTEIGA 200GR	UNID	12	9,50	114,00
09	TORTA DE FRANGO	KG	10	37,00	370,00
10	ENROLADINHO DE FRANGO	KG	10	29,90	299,00
11	MUSSARELA	KG	5	42,00	210,00
12	PRESUNTO	KG	7	26,90	188,30
13	REFRIGERANTE – bebida não alcoólica, não fermentada e gaseificada, composto por água mineral gaseificada, açúcar, suco naturais concentrados diversos sabores. Embalagem de 2 litros de primeira linha.	UNID	30	10,00	300,00
14	LEITE INTEGRAL UHT	UNID	10	6,50	65,00
					5.609,80

## 2.CLÁUSULA SEGUNDA: DAS CONDIÇÕES GERAIS, DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

### 2.1. Dos preços

2.1.1. O valor global estimado elencados na cláusula primeira, é de R\$ 5.609,80 (cinco mil e seiscentos e nove reais e oitenta centavos).

### 2.2. Da Forma de Pagamento

2.2.1- Os pagamentos serão efetuados em até 05 (cinco) dias úteis, diretamente à detentora conforme comprovação da regular entrega dos produtos e apresentação da nota fiscal ao setor competente, devidamente acompanhada dos documentos fiscais atualizados, sem o que não será liberado o pagamento.

I. A CONTRATADA deverá apresentar, em 5 (cinco) dias úteis a contar do terceiro dia útil de cada mês, pré-faturamento referente ao mês anterior com detalhes dos fornecimentos, para conferência por parte do INSTITUTO e posterior aprovação para faturamento.



II. Depois de realizada conferência e aprovação de faturamento mensal, a CONTRATADA deve emitir a nota fiscal/fatura relativa ao fornecimento, que deverá ser entregue na Diretoria Executiva, para fins de liquidação.

III. O pagamento será efetuado pelo INSTITUTO no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data da protocolização junto ao órgão competente da nota fiscal/fatura, mediante depósito creditado em conta corrente da CONTRATADA.

IV. A contagem do prazo para pagamento será reiniciado logo após reapresentação e protocolização junto ao órgão competente do documento fiscal com as devidas correções, fato esse que não poderá acarretar qualquer ônus adicional para o INSTITUTO, nem deverá haver prejuízo da prestação dos serviços pela CONTRATADA.

V. O INSTITUTO não fica obrigado a adquirir os produtos e serviços na totalidade do valor e das quantidades estimados para a contratação, realizando o pagamento de acordo com o fornecimento efetivamente efetuado.

VI. O instituto pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos do contrato assinado.

2.2.2 - Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

2.2.3 - Nenhum pagamento será efetuado à detentora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

2.2.4 - Deverão estar incluídas no preço, todas as despesas necessárias à prestação de serviço objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para Administração.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA: DA FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO E DA FISCALIZAÇÃO**

3.1. O regime de execução do presente contrato é o de execução indireta em regime de empreita por "Preço Por Item", nos termos do art. 6º da Lei Federal nº: 8.666/93.

3.2. O acompanhamento e a fiscalização deste Contrato, assim como o recebimento e a conferência dos produtos entregues, serão realizados pela Diretoria Executiva.

§1º - A CONTRATADA é obrigada a assegurar e facilitar o acompanhamento e a fiscalização deste Contrato pela INSTITUTO, bem como permitir o acesso a informações consideradas necessárias pelo órgão fiscalizador.

§2º - O INSTITUTO não se responsabilizará por contatos realizados com setores ou pessoas não autorizados, salvo nas hipóteses previstas, expressamente, neste Contrato.



§3º - O acompanhamento e a fiscalização de que trata esta cláusula não excluem nem reduzem a responsabilidade da CONTRATADA pelo correto cumprimento das obrigações decorrentes deste Contrato.

3.3. É de inteira e total responsabilidade da contratada a obrigação pela manutenção de pessoal capacitado para realizar o objeto contratado, imprescindível para o perfeito funcionamento das atividades desenvolvidas.

3.4. O **FORNECEDOR**, para fins de fornecimento do objeto licitado, deverá observar as especificações constantes do Termo de Referência anexo deste procedimento.

#### **4. CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO**

4.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária nº:

- 03.001.001.09.122.0002.21.32.3.3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO – Ficha 05.

#### **5. CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA**

5.1. A vigência do contrato administrativo será até 31/12/2023, a contar de sua assinatura.

#### **6. CLÁUSULA SEXTA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

6.1. A **Contratada** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com o que preceitua o § 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

#### **7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA NOVAÇÃO**

7.1. Toda e qualquer tolerância por parte do **Contratante** na exigência do cumprimento do presente contrato, não constituirá novação, nem muito menos, a extinção da respectiva obrigação, podendo a mesma ser exigida a qualquer tempo.

#### **8. CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1.1. Responsabilizar-se pela qualidade dos materiais ofertados, inclusive por eventuais danos causados à Contratante;

8.1.2 Quando das requisições, será enviado Ordem de fornecimento - O.F., emitida pelo setor competente, devendo o produto ser fornecido no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a partir do recebimento da Ordem de Compra pela Contratada.

8.1.3. Comunicar ao setor responsável do Instituto de Previdência, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem o prazo de vencimento da entrega do material, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

8.1.4. A Contratada deverá substituir, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da notificação formal, os produtos que venham apresentar defeitos.

8.1.5. Responder por danos e prejuízos, tanto materiais quanto morais, em decorrência dos produtos entregues e/ou serviços prestados, causados à Contratante ou a terceiros por ação



ou omissão própria.

8.1.6. Arcar com todas as obrigações tributárias e previdenciárias oriundas desta contratação, assim como obrigações trabalhistas, transportes e demais encargos referentes ao produto contratado, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas.

8.1.7. Responsabilizar-se em fornecer os produtos em conformidade com as especificações deste Termo de Referência;

8.1.8. Fica estabelecido a obrigação de manter durante vigência contratual, em compatibilidade com as obrigações por ele (a) assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigida pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, devendo comunicar, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção desta contratação, bem como substituir os documentos com prazo de validade expirado.

## **9. CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE**

9.1. Efetuar o pagamento de acordo com o valor contratado;

9.2. Fiscalizar e acompanhar, através de servidor designado pelo Diretor Executivo do INSTITUTO, a completa execução do serviço contratado;

9.3. Prestar à Contratada, todas as informações e dados por ela solicitados, desde que sejam disponíveis e do conhecimento da Contratante;

9.4. Permitir acesso da Contratada às suas dependências para execução de serviços referentes ao objeto, quando necessário;

9.5. Notificar a Contratada, fixando-lhe prazo para corrigir prazos ou irregularidades encontradas na prestação dos serviços.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO**

10.1. O instrumento contratual firmado em decorrência da presente licitação poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos artigos 77 a 80, da Lei Federal nº 8.666/93.

10.2. Na hipótese de ocorrer a rescisão administrativa prevista no art. 79, inciso I, da Lei n. 8.666/93, ao **Contratante** são assegurados os direitos previstos no art. 80, incisos I a IV, parágrafos 1º a 4º, da citada Lei.

10.3. Fica ainda convencionado, entre as partes, a previsibilidade de rescisão unilateralmente sob aviso, com prazo mínimo de antecedência de 30 (trinta) dias pela desistência na continuidade na prestação dos serviços, sem ônus indenizatório em decorrência da rescisão antecipada.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. A licitante vencedora do certame que for convocada dentro do prazo de validade da sua proposta e que se recusar injustificadamente a celebrar o contrato administrativo apresentar pendências junto aos cadastros da Administração Pública, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame ensejar o retardamento da



execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio ao contraditório e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o INSTITUTO e será descredenciada no sistema de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade ficando ainda sujeita à multa de até 5% (cinco por cento) do valor global estimado para a prestação dos serviços/entrega dos produtos objeto da presente aquisição, sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas na minuta de contrato administrativo, em anexo, e das demais cominações legais.

11.2. Na hipótese de descumprimento por parte da adjudicatária das obrigações contratuais assumidas, ou de infringência de preceitos legais pertinentes, serão a ela aplicadas, segundo a gravidade da falta cometida, as sanções estabelecidas na minuta de contrato administrativo e termo de referência que é parte integrante deste procedimento para todos os efeitos legais e de direito, tudo isto em conformidade com a Lei 8.666/93.

11.3. A futura contratada pela inexecução total ou parcial do ajuste decorrente do presente procedimento sujeitar-se-á as seguintes sanções, sem prejuízo das demais estabelecidas pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações:

11.3.1. Advertência.

11.3.2. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o INSTITUTO, pelo prazo de 02 (dois) anos.

11.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

11.3.4. Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do descumprimento contratual:

I. 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso no fornecimento contratados, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato, conforme orçamento aprovado, por ocorrência;

II. 10% (dez por cento) sobre o valor do fornecimento contratado, conforme orçamento aprovado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do contrato ou no cumprimento de obrigação contratual ou legal, com a possível rescisão contratual;

III. 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, conforme orçamento aprovado, na hipótese de a Contratada, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando o



INSTITUTO, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

11.5. O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pelo INSTITUTO. Se os valores não forem suficientes, a diferença deverá ser recolhida pela Contratada no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da aplicação da sanção.

11.6. As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

#### 11.7. Do Pagamento de Multas e Penalidades

I. Fica desde já ajustado que todo e qualquer valor que vier a ser imputado pelo INSTITUTO à CONTRATADA, a título de multa ou penalidade, reveste-se das características de liquidez e certeza, para efeitos de execução judicial, nos termos do art. 586 do CPC. Reveste-se das mesmas características qualquer obrigação definida neste Contrato como de responsabilidade da CONTRATADA e que, por eventual determinação judicial ou administrativa, venha a ser paga pelo INSTITUTO.

§1º - Para assegurar o cumprimento de obrigações definidas neste Contrato como de responsabilidade da CONTRATADA, o INSTITUTO poderá reter parcelas de pagamentos contratuais ou eventuais créditos de sua titularidade, mediante simples comunicação escrita à CONTRATADA.

§2º - As multas e penalidades previstas neste Contrato não têm caráter compensatório, sendo que o seu pagamento não exime a CONTRATADA da responsabilidade pela reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos causados o INSTITUTO por atos comissivos ou omissivos de sua responsabilidade.

#### 11.8. Da Responsabilidade por Danos

I. A CONTRATADA responderá por todo e qualquer dano provocado ao INSTITUTO, seus servidores ou terceiros, decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, a qual não poderá ser excluída ou atenuada em função da fiscalização ou do acompanhamento exercido pelo INSTITUTO, obrigando-se, a todo e qualquer tempo, a ressarcir-los integralmente, sem prejuízo das multas e demais penalidades previstas no presente Contrato.

§1º - Para os efeitos desta cláusula, dano significa todo e qualquer ônus, despesa, custo, obrigação ou prejuízo que venha a ser suportado pelo INSTITUTO, decorrentes do não cumprimento, ou do cumprimento deficiente, pela CONTRATADA, de obrigações a ela atribuídas contratualmente ou por força de disposição legal, incluindo, mas não se limitando, pagamentos ou ressarcimentos efetuados pelo INSTITUTO a terceiros, multas,



penalidades, emolumentos, taxas, tributos, despesas processuais, honorários advocatícios e outros.

§2º - Se qualquer reclamação relacionada ao ressarcimento de danos ou ao cumprimento de obrigações definidas contratualmente como de responsabilidade da CONTRATADA for apresentada ou chegar ao conhecimento do INSTITUTO, este comunicará a CONTRATADA por escrito para que tome as providências necessárias à sua solução, diretamente, quando possível, a qual ficará obrigada a entregar a INSTITUTO a devida comprovação do acordo, acerto, pagamento ou medida administrativa ou judicial que entender de direito, conforme o caso, no prazo que lhe for assinado. As providências administrativas ou judiciais tomadas pela CONTRATADA não a eximem das responsabilidades assumidas perante a INSTITUTO, nos termos desta cláusula.

§3º - Fica desde já entendido que quaisquer prejuízos sofridos ou despesas que venham a ser exigidas da INSTITUTO, nos termos desta cláusula, deverão ser pagas pela CONTRATADA, independentemente do tempo em que ocorrerem, ou serão objeto de ressarcimento a INSTITUTO, mediante a adoção das seguintes providências:

- a) dedução de créditos da CONTRATADA;
- b) execução da garantia prestada, se for o caso;
- c) medida judicial apropriada, a critério do INSTITUTO.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO**

12.1. As partes contratantes ficam vinculadas ao Termo de Referência e ao valor da proposta comercial de preço, bem como ao teor da Lei Federal de Licitação nº 8.666/93 e ao teor do presente contrato administrativo para todos os efeitos legais e de direito.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

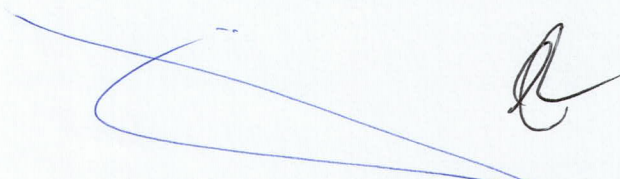
13.1. É vedado às partes transferir a terceiros qualquer obrigação prevista neste instrumento contratual, sem prévio acordo devidamente homologado pelas partes.

## **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS**

14.1. Os casos omissos, assim como as dúvidas, serão resolvidos com base na Lei nº 8.666/93, cujas normas ficam incorporadas ao presente instrumento, ainda que delas não se faça aqui menção expressa.

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO**


15.1. Fica eleito o foro da Comarca de Francisco Sá, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes do Contrato Administrativo, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.





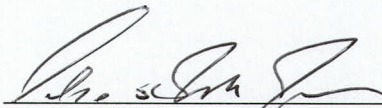
E, por estarem de inteiro e comum acordo, as partes assinam o presente Contrato Administrativo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas.

Francisco Sá - MG, 02 de fevereiro de 2023.

  
Elvis Henrique Ruas Rodrigues  
Diretor Executivo - PREVIDREIO

CONTRATANTE:

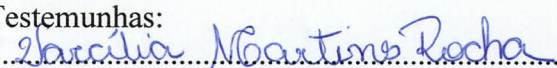
INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE  
FRANCISCO SÁ/MG,  
CNPJ Nº 03.133.862/0001-80  
Elvis Henrique Ruas Rodrigues

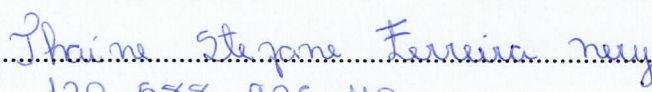


CONTRATADA:

DURÃES PARARIA E COMERCIO EIRELI  
CNPJ sob nº 02.174.123/0001-74  
Celso de Pinho Durães  
CPF sob nº 008.678.426-95

Testemunhas:

1.   
CPF: 850.546.156-87

2.   
CPF: 120.588.926-40





**STITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE  
FRANCISCO SÁ**

**CNPJ.: 03.133.862/0001-80 - RUA CAPITÃO ENÉAS, 524 –CENTRO –  
FRANCISCOSÁ –MG .**

## **PUBLICAÇÃO DE RESUMO DE CONTRATO**

**Publicação no Quadro de Avisos do Instituto Municipal de Previdência dos Servidores  
Públicos de Francisco Sá/MG.**

**Assunto: EXTRATO DE CONTRATO Nº 004/2023, referente ao Processo de  
Contratação nº: 004/2023 - Dispensa nº 003/2023.**

**OBJETO: “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE LANCHE  
E PRODUTOS DE PADARIA EM GERAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES  
DO INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS  
DE FRANCISCO SÁ - PREVIBREJO”**

**PARTES: INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS  
DE FRANCISCO SÁ/MG x DURÃES PARARIA E COMERCIO EIRELI, inscrita no CNPJ  
sob nº 02.174.123/0001-74**


**VALOR: R\$ 5.609,80 (cinco mil e seiscentos e nove reais e oitenta centavos).**

**VIGÊNCIA: de 02/02/2023 até 31/12/2023.**

### **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

- 03.001.001.09.122.0002.21.32.3.3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO – Ficha 05.

Francisco Sá/MG, 02 de fevereiro de 2023.

  
Thaine Stefane Ferreira Nery  
Presidente da CPL